

Economia e sociedade escravista: Minas Gerais e São Paulo em 1830

Francisco Vidal Luna*
Herbert S. Klein**

Com base em fontes manuscritas, o artigo analisa a economia e a sociedade em Minas Gerais e São Paulo em 1830. Foi observada uma estrutura formada por uma maioria de proprietários com poucos cativos, onde a posse de escravos estava amplamente distribuída e incluía uma parcela importante de pessoas livres de cor, inclusive forros. Características que seriam distintas do modelo que propõe o predomínio da grande lavoura. De modo geral, o Brasil assemelhou-se muito mais aos Estados Unidos do que às ilhas açucareiras das Índias Ocidentais. Mas no Brasil os escravos estavam mais bem distribuídos por região e por ocupação. A estrutura demográfica dos escravos demonstrava baixo potencial reprodutivo e elevada proporção de escravos casados em São Paulo. A miscigenação era expressiva, formando uma população com alta participação de mulatos e pardos, inclusive entre os livres, particularmente em Minas.

Palavras-chave: Escravidão. Minas Gerais. São Paulo.

Nos últimos trinta anos emergiu no Brasil uma nova compreensão da sociedade escravista organizada nos períodos colonial e imperial, especialmente no que diz respeito ao modo como a mão-de-obra cativa foi usada. Esses novos estudos sobre a posse de cativos e o trabalho escravo questionaram a visão tradicional da escravidão brasileira exposta por Gilberto Freyre, que em sua obra sobre os engenhos do Nordeste propôs o modelo da grande lavoura escravista. Essa visão dominante começou a ser contestada na década de 1980 com estudos que mostraram que os pequenos proprietários de escravos predominaram na economia extrativa de Minas Gerais nos períodos colonial e imperial¹. Como se poderia justificar a

predominância do modelo da grande lavoura quando a maioria dos proprietários de escravos em Minas possuía menos de cinco cativos e controlava uma grande parcela da força de trabalho? Na mineração de ouro de aluvião em Minas Gerais no século XVIII o predomínio coube a esses pequenos proprietários, e não ao imaginado minerador senhor de centenas de escravos. Esses resultados surpreendentes da predominância dos pequenos proprietários de cativos encontrados para Minas logo se repetiram em estudos subseqüentes sobre a agricultura em várias regiões do país. De fato, até fins da década de 1820, quando o café finalmente se consolidou no Vale do Paraíba, o agricultor proprietário de pequeno ou médio plantel de cativos foi o

* Professor Doutor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP).

** Gouverneur Morris Professor of History da Columbia University e diretor do Center for Latin American Studies, Stanford University.

¹ Na década de 1980 foram publicados vários estudos sobre a posse de escravos, como Luna (1983 e 1986) e Luna e Costa (1984).

produtor predominante também na área rural de São Paulo².

Mesmo na região açucareira do Nordeste, o verdadeiro padrão da posse de escravos diferiu substancialmente da visão tradicional; de fato, o plantel médio dos engenhos continha 65 escravos, e poucos engenhos possuíam mais de 100 cativos (Schwartz, 1985). Os estudos anteriores confundiam a vastidão das propriedades fundiárias da época com empreendimentos agrícolas supostamente grandes. A posse de terras, obtida por sesmarias, posse ou compra³, representava poder. A terra representava também uma reserva de valor, mas sua liquidez era pequena, e terras sem trabalhadores não produziam renda. Na ausência de um grande mercado de mão-de-obra livre, a geração de renda requeria investimentos em escravos. Os trabalhadores cativos eram, com efeito, a riqueza líquida, mas representavam um investimento arriscado que requeria manutenção. Dada a disparidade entre o tamanho das terras, o número reduzido de escravos possuídos e a limitada disponibilidade de tecnologia, a maioria dos proprietários de terras era capaz de explorar efetivamente apenas parcelas reduzidas de suas terras, em pequenas unidades produtoras. A grande propriedade fundiária com uma exploração econômica modesta seria a melhor definição para essa sociedade colonial.

Não só os plantéis foram pequenos, mas também a própria posse de escravos distribuiu-se mais amplamente pela sociedade do que antes se supôs. A profunda dicotomia que existiria entre uma minoria de senhores de engenhos, que concentravam seus cativos nas culturas de exportação, e a maioria de brancos, pretos e pardos livres que não possuíam escravos foi também questionada pelos novos estudos. Evidenciou-se que a mão-de-obra escrava esteve presente em todas as áreas da economia, quer orientadas para o

mercado interno, quer para a exportação. Os estudos recentes indicam uma sociedade mais complexa, com um mercado interno ativo no qual gêneros básicos eram comercializados, e também identificam um amplo sistema de comércio regional e ofícios artesanais. Em todas essas atividades – agricultura, comércio e artesanato – encontramos proprietários e não-proprietários de escravos, bem como trabalhadores livres e cativos. Encontramos inclusive proprietários trabalhando ao lado de seus escravos. Por toda parte havia cativos, até mesmo nos domicílios caracterizados como pobres. Não havia região ou atividade econômica sem escravos. Mas é importante enfatizar que em todas as atividades, exceto na produção de açúcar, também havia trabalhadores livres sem escravos. Em geral, um terço dos domicílios possuía cativos, e os escravos compunham um quarto da população residente (Luna, 1998; Costa, 1992).

Os novos estudos também revelaram o papel da população livre de cor na sociedade colonial e imperial. Demonstraram que os afro-brasileiros tornavam-se proprietários de escravos e participavam da maioria das atividades econômicas básicas, figurando com especial importância nas ocupações artesanais. Embora a literatura tradicional ressaltasse a importância das pessoas livres de cor, as novas pesquisas finalmente deixaram patente sua relevância econômica. Elas foram encontradas em todas as regiões e em todos os setores da economia, embora em geral fossem mais pobres que os brancos e tivessem ínfima participação nos principais cargos do governo. Também foram encontrados indícios da ocorrência de um amplo processo de alforrias, influenciadas por considerações sentimentais, humanitárias e sexuais, privilegiando mulheres e crianças. Mas as causas econômicas também foram importantes. A compra da própria liberdade por escravos foi significativa,

² Sobre o tema da posse de escravos em outras áreas do Brasil ver Schwartz (1982), Luna e Costa (1983) e Motta (1999).

³ Há uma ampla literatura a respeito da forma de acesso à terra. Além do processo tradicional de acesso via sesmarias, estudos recentes mostram a importância da posse e das transações de compra e venda na organização da estrutura de propriedade da terra no Brasil. Sobre o tema ver Rangel (1990), que mostrou a importância da posse e de processos de compra e venda, mas também constatou uma elevada concentração na posse da terra, superior à observada na posse de escravos.

especialmente entre os cativos que trabalhavam em ocupações qualificadas e na mineração. Alguns desses forros chegaram a tornar-se proprietários de escravos⁴.

As novas pesquisas também trouxeram à luz o papel das mulheres como proprietárias de escravos. Ainda que os homens predominassem como chefes de domicílio e proprietários de cativos, as mulheres foram um elemento importante em ambos os grupos. Além disso, como proprietárias, elas possuíam o mesmo número médio de escravos que os homens. A maioria das mulheres, porém, assumiu a posição de chefe de domicílio ou proprietária de escravos ao enviuvar e tomar posse de metade dos bens da família⁵. Mas houve também muitas mulheres, especialmente entre as artesãs e as ocupadas no comércio, que foram economicamente independentes graças a recursos próprios, os quais com frequência incluíam escravos. Nos domicílios chefiados por pessoas de cor encontramos proporcionalmente mais mulheres do que homens como proprietárias de cativos.

A reprodução natural dos escravos tem constituído, nos últimos 25 anos, outro tema fundamental de estudo para pesquisadores brasileiros e estrangeiros. De modo geral, a elevada proporção de homens adultos entre os cativos importados, aliada às condições precárias de saúde e ao trabalho penoso, resultou em uma taxa de crescimento negativa para a população cativa residente no Brasil. Mas há indícios de taxas de crescimento natural positivas entre os escravos em algumas áreas e em determinadas épocas. Em Minas Gerais, por exemplo, com o declínio da mineração na segunda metade do século XVIII, reduziu-se a importação de escravos e alterou-se o uso

da mão-de-obra cativa na região, criando-se, assim, condições especiais favoráveis a um crescimento natural positivo da população escrava local. Os cativos nascidos no Brasil passaram a predominar numericamente, o que levou a um maior equilíbrio na razão entre os sexos e ao aumento da proporção de crianças na população total. Em consequência, neste caso, a reprodução escrava começou a assemelhar-se aos padrões reprodutivos da população livre na mesma província, e essas regiões atingiram a estabilidade na substituição da mão-de-obra ou até mesmo o crescimento natural positivo sem a necessidade de importar mais cativos. A variação no volume de entrada de africanos foi a transformação essencial nesse processo de crescimento natural. Uma experiência semelhante de crescimento positivo da população escrava ocorreu, ainda mais cedo, no Paraná⁶.

Nas áreas de agricultura de exportação, onde a proporção de africanos crescia constantemente, o crescimento natural entre os escravos não pôde ocorrer e, nestes casos, o crescimento da população cativa requeria a importação contínua de africanos. O tráfico atlântico de escravos introduzia mais homens do que mulheres e poucas crianças, o que distorcia a estrutura demográfica da população cativa local. Ademais, as africanas que chegavam já haviam perdido parte de seu potencial reprodutivo em seu país de origem. Esse processo de elevada importação de africanos e crescimento negativo da população escrava residente evidencia-se nas áreas da agricultura de exportação em expansão, particularmente em São Paulo e Rio de Janeiro no início do século XIX. O nível elevado da entrada de africanos distorcia a estrutura de idade e sexo da

⁴ Ver Russell-Wood (1983), Oliveira (1988), Franco (1969), Mello e Souza (1982), Mattos (1998), Algranti (1988), Luna e Costa (1980), Klein (1969), Klein e Paiva (1994 e 1996), Luna e Klein (2000), Klein e Luna (2000), Eisenberg (1987), Mattoso (1972) e Oliveira (1988).

⁵ Ao enviuvar, a mulher tornava-se cabeça da família e recebia metade dos bens do casal. Da metade pertencente ao marido, um terço podia ser livremente disposto por testamento. Os outros dois terços eram divididos entre os filhos do casal ou de uniões anteriores do marido.

⁶ Ver os trabalhos de Paiva (1989), Paiva e Libby (1992), Luna e Cano (1984), Libby e Grimaldi (1988) e Bergad (1999). Todos contradizem o modelo proposto por Martins (1980) e Martins Filho e Martins (1983). Sobre o Paraná ver Gutiérrez (1986 e 1988) e Luna e Klein (2000).

população entrante, predominantemente masculina e muito mais velha do que a população cativa nascida no Brasil. Quanto maior a proporção de africanos, menor a possibilidade de reprodução natural da escravaria local.

Neste artigo, continuaremos a nos pautar no modelo desses estudos anteriores, examinando em detalhes os censos de população e produção para as províncias de Minas Gerais e São Paulo no início do século XIX. Essas mesmas fontes serviram de base para muitas das análises recentes da escravidão aqui mencionadas. Para São Paulo (incluindo o Paraná)⁷, analisamos as Listas Nominativas de Habitantes do ano de 1829 que se encontram no Arquivo do Estado de São Paulo⁸. Para Minas Gerais, estudamos um conjunto de censos mantidos no Arquivo Público Mineiro, realizados na província no começo da década de 1830⁹. Nessas duas províncias encontramos a maioria das principais atividades econômicas existentes no Brasil no século XIX. Havia uma vasta agricultura comercial e de subsistência, bem como um ativo mercado local e de longa distância e uma atividade exportadora internacional. Também aqui foi encontrada toda sorte de atividades artesanais.

O declínio da mineração em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII acarretou a desorganização da economia local, a migração interna e a transferência de mão-de-obra escrava e livre para outras atividades como a agricultura e o artesanato. A entrada de africanos reduziu-se, a população estabilizou-se e a diversidade regional na província tornou-se mais acentuada. O sul e o sudeste de Minas, na fronteira com São Paulo e Rio de Janeiro, tornaram-se importantes áreas agrícolas,

inclusive produtoras de açúcar e café. Os antigos centros mineradores, com os maiores e mais antigos centros urbanos, permaneceram como centros de artesãos e comerciantes, embora a agricultura também penetrasse nessas regiões. A elevada proporção de escravos na região e o elevado nível de miscigenação resultaram na maior população livre de cor de todas as regiões brasileiras. No norte e nordeste, de baixas densidades populacionais, desenvolveu-se uma economia de pecuária extensiva, de pequena importância econômica em razão da grande distância dos mercados consumidores.

A história da Província de São Paulo no século XVIII foi intensamente influenciada pela dinâmica da economia mineira. A área ocupada pelos paulistas despertou pouco interesse econômico nos dois séculos anteriores, e seus habitantes dedicaram-se à agricultura de subsistência e à captura e escravização de índios, sua única fonte de trabalho cativo. A riqueza gerada pela exploração de Minas Gerais, que coincidiu com o desenvolvimento de um ativo mercado interno e, posteriormente, com a consolidação do Rio de Janeiro como a nova capital imperial, criou um importante mercado para os produtos de São Paulo. Isso proporcionou uma lenta mas constante expansão econômica e populacional na província. A intensificação da agricultura local devido à abertura desses novos mercados regionais permitiu aos paulistas substituir cativos índios por africanos. No final do século XVIII surgiu até mesmo uma produção comercial de açúcar na província. De início essa produção foi vendida apenas no mercado local, mas a melhora da qualidade do açúcar produzido permitiu que fosse exportado para o resto do Brasil

⁷ O atual Estado do Paraná era parte da Província de São Paulo; por isso foi incluído na definição mais ampla de São Paulo.

⁸ Analisamos os seguintes censos, ou mapas, intitulados Listas Nominativas de Habitantes, mantidos no Arquivo do Estado de São Paulo (AESP), Série Maços de População, Latas ns. 2, 5, 16, 24, 24A, 27A, 29, 33A, 36, 37, 37A, 40, 43, 46, 47A, 47, 55, 62, 64, 69, 70, 79, 85A, 86, 94, 96, 112, 113, 115A, 123, 124, 133, 135, 140, 141, 142, 147, 150, 154, 157, 160, 165, 173A, 174, 184, 185, 190, 191, 193, 196, 197, 201, 212, 213, 214, 215, 222, 225.

⁹ Agradecemos à professora Clotilde Paiva a permissão para usarmos seus conjuntos de dados para os censos de Minas Gerais em 1831-1833, bem como suas inestimáveis sugestões sobre como analisar o material. Esse conjunto de dados organizado pela professora Paiva constitui uma das maiores e mais ricas coleções até hoje preparadas com base nesses censos não publicados do início do século XIX no Brasil. O censo de Minas foi realizado entre outubro de 1831 e fevereiro de 1832 e encontra-se no Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, Mapas de População.

e para a Europa. Em princípios do século XIX surgiu o cultivo comercial do café no Rio de Janeiro e em fins do primeiro quartel desse século o café tornou-se um produto importante também em São Paulo, disseminando-se pelo Vale do Paraíba. A perda dos mercados mineradores de Minas foi então compensada pela exportação bem-sucedida, primeiramente de açúcar e depois de café, para mercados nacionais e internacionais. Também evoluiu uma significativa exportação de gêneros alimentícios para a cidade imperial do Rio de Janeiro, que se tornou o mercado interno principal do Brasil com a chegada da família real, em 1808. Nas primeiras décadas do século XIX ocorreu uma expansão significativa da economia local e um grande aumento da população da província, para o qual contribuíram entradas crescentes de escravos africanos. Se durante a maior parte do século XVIII o crescimento de São Paulo fora moderado, com limitada importação de cativos e relativa estabilidade da população escrava, que aparentemente manteve uma taxa de crescimento natural positiva, no início do século XIX esse equilíbrio foi rompido com o intenso afluxo de escravos africanos para atender à expansão da produção açucareira e cafeeira na província. Esse aumento na proporção de africanos na população escrava resultou em uma taxa de crescimento natural negativa para a população escrava residente. A razão de masculinidade aumentou imensamente, com uma correspondente queda da razão entre crianças e adultos na população cativa total. A partir desse momento, o crescimento da população escrava em São Paulo só foi mantido graças à contínua importação de cativos.

Embora não existam estatísticas totalmente confiáveis sobre a população brasileira no período anterior ao primeiro censo nacional de 1872, há dados de censos parciais de boa qualidade que nos permitem comparar padrões regionais de crescimento. Segundo o levantamento do

governo realizado por Daniel Pedro Müller em 1836 (Müller, 1978), o território que hoje compõe o Estado de São Paulo possuía uma população de 282 mil pessoas, das quais 201 mil eram livres e 81 mil eram escravas. Na mesma época, o atual Estado do Paraná, então ainda parte de São Paulo, possuía 42 mil habitantes, sendo 35 mil livres e 8 mil escravos. Em Minas Gerais a população era maior, mas as estimativas populacionais são menos confiáveis que as de São Paulo. Estimou-se que o censo de 1831-32 tenha registrado cerca de 620 mil pessoas na província, mais que o dobro dos residentes em São Paulo. Mas houve problemas na qualidade da estimativa total observados pelo presidente da província na época, Souza e Silva (1986, p. 132-133). Nossos dados censitários – que deixaram de incluir alguns distritos – fornecem informações para cerca de 407 mil pessoas.

O processo de ocupação e desenvolvimento econômico das distintas regiões nas províncias de Minas Gerais e São Paulo refletiu-se na importância do trabalho escravo prevalecente em cada região. Neste artigo compararemos as características dessas regiões de 1829 até os primeiros anos da década de 1830. Nossos dados, provenientes dos mapas de população dessas províncias, são atualmente os mais abrangentes disponíveis para esse período e essas províncias, e contêm informações sobre 677 mil pessoas.

A fim de possibilitar uma análise regional dessas províncias, dividimos cada uma no que, a nosso ver, constituem regiões coerentes com base principalmente em suas economias e, em menor grau, em suas ecologias e localizações. A Província de Minas Gerais foi dividida em quatro áreas: os Centros Mineradores Tradicionais, a Fronteira Sul, a Zona da Mata e o Norte/Nordeste¹⁰. No início da década de 1830, com base nos censos utilizados, viviam 234 mil pessoas nos Centros Mineradores Tradicionais e 122 mil na Fronteira Sul, sendo essas as duas áreas mais populosas da província.

¹⁰Para uma análise aprofundada da divisão regional de Minas Gerais ver Paiva (1996).

Para nossa análise, segmentamos a Província de São Paulo em três grandes regiões. A primeira, constituída pelo agrupamento do Vale do Paraíba e do Oeste Paulista, as duas áreas de maior dinamismo econômico, onde se concentrava a produção de café e de açúcar¹¹. A segunda grande região englobava as demais áreas já ocupadas do atual Estado de São Paulo, tais como a capital e seu entorno, as áreas do litoral norte e do litoral sul, bem como a parte ao sul da cidade de São Paulo, até a fronteira com o Paraná. Nesta grande área encontrava-se a capital da província, onde se concentravam os altos funcionários públicos, os artesãos e os comerciantes. A terceira região era representada pelo atual Estado do Paraná, que nessa época ainda pertencia à Província de São Paulo¹². Por essa região passava o chamado Caminho do Sul, rota de passagem das mulas criadas no sul do Brasil e que abasteciam os mercados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Curitiba, ponto de engorda das mulas, tornou-se um importante mercado de abastecimento dessas tropas. A demanda por mulas era alta, pois elas forneciam o transporte básico nessa era pré-ferrovia.

Em nossos dados para as províncias de Minas Gerais e São Paulo encontramos 677.411 pessoas, distribuídas por 105.635 domicílios; os escravos compunham cerca de 30% da população e nessa mesma porcentagem estavam presentes nos domicílios. Mas as diferenças regionais eram significativas. Embora a Província de Minas Gerais como um todo contivesse 30% de escravos em sua população, em duas áreas a importância relativa dos cativos destacava-se. Na Zona da Mata – uma região de povoamento recente e população pequena – concentravam-se as fazendas de café, e ali os cativos compunham cerca de 40% da população. Por sua vez, a região dos Centros Mineradores Tradicionais, ainda uma parte rica e populosa da

província que continha dois terços da população regional, abrigava uma população cativa que atingia 36% da população total. As outras duas regiões de Minas Gerais, de menor importância econômica, apresentavam menor proporção de escravos na população. Havia também grandes diferenças regionais quanto ao tamanho dos plantéis. Nos Centros Mineradores Tradicionais, com sua proporção elevada de cativos, o plantel médio era pouco inferior a sete escravos – valor semelhante ao encontrado para a Fronteira Sul de Minas e pouco inferior à média de quase oito escravos por proprietário na Zona da Mata.

Na região de agricultura de exportação de São Paulo – abrangendo o Vale do Paraíba e Oeste Paulista – o plantel médio era semelhante ao da Zona da Mata e superior aos das outras regiões de São Paulo e das áreas ao norte do centro mineiro das Minas Gerais e da área do atual Estado do Paraná. Nesta última zona, até a proporção de escravos na população total era muito baixa – apenas 20% da população, com média de apenas cinco cativos por proprietário, semelhante à das zonas mais pobres de Minas Gerais (ver Tabela 1).

Embora o tamanho dos plantéis apresentasse diferenças regionais, as duas províncias mostravam uma estrutura de posse de escravos muito semelhante. Havia um número reduzido de grandes proprietários e uma elevada proporção de pequenos proprietários, estes controlando uma parcela significativa da escravaria. Nas duas províncias aproximadamente um quarto dos proprietários possuía apenas um cativo, quase 80% dos senhores possuíam dez escravos ou menos, e esse grupo controlava aproximadamente 40% da escravaria total. Em toda essa área brasileira encontramos pouquíssimos plantéis com mais de 200 cativos (menos de 50 entre os 30 mil domicílios com escravos), e esses enormes plantéis continham apenas 4% da população cativa

¹¹ Para uma análise das regiões de São Paulo ver Luna e Klein (2003).

¹² Embora Sorocaba se integrasse ao complexo de criação e abastecimento de mulas, refletia essencialmente seu papel na comercialização. Ali encontramos elevada proporção de comerciantes e artesãos.

TABELA 1
Escravos, livres e chefes de domicílio nas duas províncias em 1830s

	Livres	Escravos	Total	
			População	Chefes de Domicílio
Minas Gerais				
Centros Mineradores Tradicionais	149.844	84.513	234.357	35.917
Fronteira Sul	86.269	36.043	122.312	19.186
Zona da Mata	10.100	6.601	16.701	2.174
Norte/Nordeste	26.772	7.678	34.450	6.155
Total	272.985	134.835	407.820	63.432
São Paulo				
Região Exportadora (Oeste Paulista e Vale Paraíba)	76.368	42.736	119.104	17.356
Capital, Litoral e Região Sul	88.556	26.993	115.549	18.599
Região do Paraná	28.914	6.054	34.968	6.248
Total	193.838	75.783	269.621	42.203
(continua)				
(continuação)				
	Domicílios com escravos		% escravos na população	Média de escravos possuídos
	Número	%		
Minas Gerais				
Centros Mineradores Tradicionais	12.310	34%	36%	6,9
Fronteira Sul	5.761	30%	29%	6,3
Zona da Mata	874	40%	40%	7,6
Norte/Nordeste	1.554	25%	22%	4,9
Total	20.499	32%	33%	6,6
São Paulo				
Região Exportadora (Oeste Paulista e Vale Paraíba)	4.940	28%	36%	8,7
Capital, Litoral e Região Sul	4.753	26%	23%	5,7
Região do Paraná	1.191	19%	17%	5,1
Total	10.884	26%	28%	7,0

Fontes: São Paulo: Censos manuscritos do Arquivo do Estado de São Paulo; Minas Gerais: Censos manuscritos do Arquivo Público Mineiro.

total. Das duas províncias, Minas possuía o maior número desses grandes fazendeiros, com três proprietários controlando mais de 300 escravos. Em contraste, o maior proprietário em toda a Província de São Paulo possuía apenas 164 cativos (ver Tabela 2). O índice de Gini, que mede desigualdades na distribuição de recursos em uma população – neste caso, escravos distribuídos pelos proprietários –, foi praticamente idêntico para as duas províncias¹³. Considerada a região do Paraná isoladamente, a estrutura de posse mostrou expressiva diferença. Não só a proporção dos cativos na população total era menor, mas também o peso dos pequenos proprietários de escravos era maior. A maioria possuía apenas um escravo, e os que tinham dez cativos ou menos representavam

90% dos proprietários e controlavam a elevada parcela de 58% da escravaria total.

Em São Paulo, a dinâmica expansão da região exportadora gerou maior concentração de escravos africanos recém-importados, e sua parcela na população cativa total aumentou para 60%. Em Minas Gerais, exceto na região cafeeira da Zona da Mata, a porcentagem de cativos nascidos no Brasil era maior que a de africanos. Devemos salientar, porém, que apesar do declínio da atividade mineira, Minas Gerais ainda era capaz de importar escravos na década de 1830, como prova a importante presença de africanos na população. Na Zona da Mata eles constituíam metade da população cativa, nos Centros Mineradores Tradicionais e na Fronteira Sul representavam 44% do total, mas eram muito menos significativos em outras

¹³ O índice de Gini foi 0,574 em Minas e 0,596 em São Paulo.

TABELA 2
Distribuição dos escravos nas duas províncias em 1830s

	Minas Gerais	São Paulo
Indicadores de posse de escravos		
Média	6,6	7
Moda	1	1
Maior número de escravos	393	164
Coefficiente de Gini da distribuição	0,574	0,600
Distribuição dos proprietários por tamanho do plantel		
1 escravo	5.022	2.669
1 a 5 escravos	13.697	7.169
6 a 10 escravos	3.581	1.869
11 a 20 escravos	2.059	1.126
21 a 40 escravos	847	477
mais de 40 escravos	315	243
Total	20.499	10.884
Distribuição dos escravos por tamanho do plantel		
1 escravo	5.022	2.669
1 a 5 escravos	32.336	16.698
6 a 10 escravos	27.130	14.034
11 a 20 escravos	29.527	16.238
21 a 40 escravos	23.466	13.328
mais de 40 escravos	21.312	15.485
Total	133.771	75.783

Fontes: São Paulo: Censos manuscritos do Arquivo do Estado de São Paulo; Minas Gerais: Censos manuscritos do Arquivo Público Mineiro.

partes de Minas Gerais. Essas regiões mais pobres, de fato, assemelhavam-se à região do Paraná, em São Paulo.

A desigual distribuição dos escravos quando considerada sua origem influenciaria a razão de masculinidade dos cativos, pois os africanos apresentavam razões de masculinidade mais elevadas do que as encontradas entre os cativos nascidos no Brasil. Nas duas províncias como um todo a razão de masculinidade dos escravos foi quase idêntica, com aproximadamente 158 homens para 100 mulheres, mas, como se poderia esperar, houve grande variação regional nesse indicador em razão da diferente proporção de africanos. Na Zona da Mata e na região exportadora de São Paulo (Vale do Paraíba e Oeste Paulista) havia 180 escravos homens para cada 100 escravas. Nas zonas mineiras mais antigas a razão era de 162 homens para 100 mulheres, ao passo que nas zonas mais pobres a razão de masculinidade era bem menor – sendo o Paraná a região com razão de masculinidade mais equilibrada entre os escravos (ver Tabela 3).

A importância relativa dos africanos, como já mencionado, influenciou as taxas

de crescimento natural da população escrava residente. Há fortes indícios de que grande parte de Minas Gerais durante fins do século XVIII e parte do século XIX possuiu populações escravas que se auto-reproduziam, e isso claramente ocorreu no Paraná¹⁴. Usando a razão entre crianças e mulheres como uma *proxy* para a fecundidade – o padrão em todos os estudos de fecundidade dos Estados Unidos no século XIX – podemos observar, na zona mineira tradicional de Minas Gerais, um valor elevado para a razão entre crianças e mulheres férteis (aproximadamente 1.078 crianças até 9 anos para cada 1.000 mulheres com idades entre 15 e 49 anos). Essa razão é consideravelmente superior às das demais regiões de Minas e muito maior que todas as de São Paulo, incluindo a área do Paraná. Temos aqui dois fatos surpreendentes. Em primeiro lugar, a zona mineradora de Minas Gerais apresentava uma elevadíssima razão de masculinidade entre os escravos e, ainda assim, possuía uma razão entre crianças e mulheres alta. Ademais, o Paraná, que por sua razão de masculinidade equilibrada e baixas proporções de africanos deveria ter apresentado razões entre crianças e

¹⁴ Estudo sobre a população paulista em 1804 mostrou existirem indicações a respeito de um crescimento natural positivo na população escrava da região do Paraná (Luna e Klein, 2000).

TABELA 3
Origem, cor, idade e sexo dos escravos nas duas províncias em 1830s

	Cor e origem				Total
	Total de Africanos	Nascidos no Brasil			
		Pretos	Pardos	Sub-Total	
Minas Gerais (1)					
Centros Mineradores Tradicionais	35.139	35.453	8.445	43.898	79.037
Fronteira Sul	15.464	16.302	4.048	20.350	35.814
Zona da Mata	3.462	2.524	613	3.137	6.599
Norte/Nordeste	2.063	4.035	1.448	5.483	7.546
Total	56.128	58.314	14.554	72.868	128.996
São Paulo					
Região Exportadora (Oeste Paulista e Vale Paraíba)	19.998			13.221	33.219
Capital, Litoral e Região Sul	9.546			8.084	17.630
Região do Paraná	491			1.669	2.160
Total	30.035			22.974	53.009

(continua)

(continuação)

	Razão de masculinidade	Estrutura etária			Total
		Crianças	Adultos	Velhos	
Minas Gerais (1)					
Centros Mineradores Tradicionais	162	21.948	53.007	2.943	77.898
Fronteira Sul	154	11.141	23.681	1.125	35.947
Zona da Mata	181	1.892	4.567	142	6.601
Norte/Nordeste	138	2.433	4.975	262	7.670
Total	159	37.414	86.230	4.472	128.116
São Paulo					
Região Exportadora (Oeste Paulista e Vale Paraíba)	186	11.061	31.319	262	42.642
Capital, Litoral e Região Sul	124	8.664	17.967	322	26.953
Região do Paraná	104	2.204	3.710	107	6.021
Total	153	21.929	52.996	691	75.616

Fontes: São Paulo: Censos manuscritos do Arquivo do Estado de São Paulo; Minas Gerais: Censos manuscritos do Arquivo Público Mineiro.

mulheres tão elevadas ou maiores que os Centros Mineradores Tradicionais de Minas Gerais, registrou uma taxa muito inferior à esperada. O problema dessas taxas de fecundidade está em como relacionar a razão entre crianças e mulheres com a importância relativa dos homens, africanos e crianças na população. As razões entre crianças e mulheres constituem apenas uma parte da equação para determinarmos as taxas de crescimento natural da população. Permitem-nos estimar a fecundidade das mulheres em seus anos produtivos, mas não nos possibilitam avaliar o impacto dessa reprodução sobre a população cativa total. Para tal, precisamos conhecer a proporção de escravos nascidos no Brasil nos vários grupos etários, a mortalidade de crianças e mulheres e outros índices demográficos, bem como seus pesos relativos na equação total. Infelizmente não dispomos de todos os dados relevantes para fazer essas estimativas

para Minas, e existe uma carência especial de indicadores do papel dos africanos no processo total. Provavelmente o revivescimento das importações de escravos africanos para Minas Gerais tenha afetado o potencial reprodutivo da população nesse período. No caso do Paraná, apesar das razões mais baixas entre crianças e mulheres, a porcentagem de cativos nascidos no Brasil atingiu o elevado patamar de 77% da população escrava, houve equilíbrio entre os sexos e a razão entre crianças e população total atingiu 39%. Esses valores indicam uma estrutura demográfica equilibrada, provavelmente resultado de reprodução natural e de reduzida influência da importação de escravos africanos.

Nossos resultados, como outros estudos anteriores sobre São Paulo, revelam o padrão de elevada incidência de casamentos legais entre os escravos. Neste aspecto São Paulo distingue-se de Minas

Gerais e de todas as outras regiões escravistas do Novo Mundo, com sua elevada proporção de escravos casados e viúvos. O mesmo se constata para o ano de 1830. A porcentagem de escravos casados na Província de São Paulo atingia 29% dos cativos adultos, enquanto em Minas Gerais essa proporção limitava-se a 22%. Ademais, existiam importantes diferenças regionais. Em São Paulo, a região do Paraná apresentava a mais baixa porcentagem de escravos casados. Em contraste, a região da Fronteira Sul de Minas Gerais possuía uma parcela de cativos casados igual à de São Paulo, enquanto as demais regiões mineiras registravam níveis bem inferiores (ver Tabela 4). Em razão da elevada razão de masculinidade dos escravos, evidenciou-se entre os escravos casados proporcionalmente mais mulheres do que homens, com 28% das mulheres escravas sendo classificadas como viúvas ou casadas, em contraste com apenas 16% dos homens cativos nessas categorias. Essas porcentagens, obviamente, eram muito menores que as encontradas para as pessoas livres, entre as quais a parcela de casados e viúvos atingia 56% para homens e mulheres. Também descobrimos que a porcentagem de casados aumentava com o tamanho do plantel, devido exclusivamente à maior disponibilidade de possíveis cônjuges para os cativos. Uma vez que os

estudos em geral indicam um nível elevado de casamentos entre escravos pertencentes ao mesmo plantel, o tamanho do plantel era extremamente importante para proporcionar potenciais cônjuges¹⁵. Cabe lembrar, ademais, que essa porcentagem de casamentos não tinha relação com a fecundidade, pois a ilegitimidade era a condição da maioria dos nascimentos na população cativa.

Como esses dados da população escrava comparam-se aos da população não-escrava nessas províncias? Como nossos dados coligidos para São Paulo não incluem toda a população livre, mas apenas os chefes de domicílio, nesta comparação da população cativa com a população livre usaremos apenas os dados relativos a Minas Gerais, pois foram coletadas as informações de todas as pessoas listadas nos censos disponíveis da província. O que se evidencia comparando-se as pessoas escravas e livres são as significativas diferenças nas razões de masculinidade e nas distribuições por faixas etárias. Enquanto os homens predominavam entre os cativos (159 homens para cada 100 mulheres), as mulheres eram maioria na população livre (apenas 95 homens para cada 100 mulheres livres). A segmentação por faixas etárias mostra uma correlação positiva entre a idade e a razão de masculinidade dos escravos, enquanto entre os livres evidencia-se um processo

TABELA 4
Proporção de escravos casados e viúvos (escravos com 14 ou mais anos de idade)

	Total	Casados e Viúvos	% Casados e Viúvos
Minas Gerais			
Centros Mineradores Tradicionais	51.345	10.611	21%
Fronteira Sul	22.221	6.273	28%
Zona da Mata	4.648	1.087	23%
Norte/Nordeste	4.329	569	13%
Total	82.543	18.540	22%
São Paulo			
Região Exportadora (Oeste Paulista e Vale Paraíba)	31.582	9.455	30%
Capital, Litoral e Região Sul	18.123	5.108	28%
Região do Paraná	3.834	916	24%
Total	53.539	15.479	29%

Fontes: São Paulo: Censos manuscritos do Arquivo do Estado de São Paulo; Minas Gerais: Censos manuscritos do Arquivo Público Mineiro.

¹⁵O tema foi desenvolvido em Luna e Klein (2003).

inverso. Na população escrava, a correlação positiva explica-se pelo impacto que a importação de africanos exercia sobre a razão de masculinidade de adultos e velhos, e que era menor entre as crianças e jovens, pela maior influência dos nascidos no Brasil nesse segmento etário. Entre os cativos nascidos no Brasil com idades até 20 anos, por exemplo, a razão de masculinidade era de apenas 104 homens para 100 mulheres, e entre os adultos (a partir de 20 anos) a razão era a mesma. Entre os africanos, para os jovens e crianças a razão era de 238 homens para 100 mulheres; para os adultos era de 307 homens para 100 mulheres.

A idade também influenciou na porcentagem de africanos na escravidão de Minas Gerais. O tráfico de escravos trouxe poucas crianças e jovens para o Brasil. Além disso, para os recenseadores, todos os cativos nascidos no Brasil, mesmo os filhos de africanos, eram considerados nascidos no país. Assim, foram encontrados poucos africanos entre os grupos de menor idade, ao passo que entre as idades preferidas pelos comerciantes de escravos os africanos constituíram um grupo muito representativo. Entre as crianças e jovens, apenas um quarto era africano, mas entre os cativos adultos os

africanos constituíam a metade dos escravos existentes. Também devido ao peso dos africanos, a razão de masculinidade para todos os escravos adultos residentes era de 182 homens para 100 mulheres – e essa razão declinava conforme diminuíam as idades nos grupos etários (ver Tabela 5).

Em razão de suas elevadas taxas de crescimento natural, a população livre também apresentava uma parcela maior de crianças e jovens. Entre os livres residentes em Minas Gerais, as crianças e jovens compunham 40% da população, enquanto entre os escravos representavam apenas um terço da população. Além disso, os escravos apresentavam menor razão entre crianças e mulheres. Para os cativos essa razão era de 989 crianças com idades inferiores a 10 anos para cada 1.000 mulheres entre 15 e 49 anos; para as pessoas livres resultava 1.101 crianças para 1.000 mulheres. A grande surpresa aqui foi que a razão entre crianças e mulheres para as pessoas livres de cor foi menor que a encontrada para os cativos, e distante da razão de 1.275 registrada para os brancos livres¹⁶. Isso contraria nossas suposições gerais de maior fecundidade entre as pessoas livres de cor em comparação com os escravos.

¹⁶ Existe uma questão intrigante na diferença verificada nas razões entre crianças e mulheres quando usamos a faixa de 0-4 anos para crianças e de 14-44 anos para mulheres em vez da equação com crianças mais velhas e a faixa etária mais abrangente para as mulheres. Constatamos que os resultados obtidos para a faixa de 0-4 anos das duas populações, escrava e livre, aproximavam-se mais do que quando calculávamos o mesmo indicador para faixa de 0-9 anos. As diferenças na mortalidade de bebês e crianças poderiam explicar esse fenômeno? Ou existe algum tipo de distorção no registro das idades dos escravos que gera um acúmulo nas idades de 10 e 50 anos? Mudar a divisão usual e usar uma razão de crianças de 0-10 anos para mulheres de 15-50 anos poderiam resolver esse problema. O emprego desse novo critério fornece uma fecundidade para os escravos de 1.061 crianças para 1.000 mulheres em idades de 15 a 50 anos, mas não há mudança na fecundidade dos livres (1.174), o que aproxima os resultados das duas populações. Essa homogeneidade sugere a surpreendente conclusão de que talvez não houvesse grande diferença na mortalidade entre as crianças livres e as escravas, pois qualquer diferença significativa teria influenciado essas taxas de fecundidade. Entretanto, havia alguma diferença na fecundidade entre brancos e não-brancos na população livre. Nessas novas categorias de idade, entre os brancos a taxa era de 1.275 crianças e entre as pessoas livres de cor, de apenas 967 crianças. Dividindo as pessoas livres segundo a cor, notamos uma drástica diferença em todos os grupos etários na razão de masculinidade, com os forros de cor apresentando uma razão de masculinidade baixa, de 82 homens para 100 mulheres, comparada a 104 homens para 100 mulheres entre os brancos. Mas, comparando as razões de masculinidade das pessoas livres de cor por faixas etárias, havia uma inversão: os homens predominavam na faixa até 20 anos e o oposto ocorria entre os adultos. Como interpretar este resultado? Uma possibilidade é o sub-registro dos homens adultos no censo, efetuado como meio de evitar o recrutamento militar. Outra hipótese é que as distorções entre os sexos no processo de alforria afetam a razão de masculinidade para as pessoas livres de cor, mas duvidamos que essa possibilidade possa explicar toda a disparidade. Uma terceira possibilidade seria a existência de um intenso processo migratório de homens livres de cor para outras localidades fora da Província de Minas Gerais. Porém, como sabemos, grande parte das migrações ocorreu entre regiões da província, o que não afetaria os resultados. Finalmente, poderíamos aventar que a mortalidade era maior entre os homens livres de cor. Mas essa mortalidade relacionada ao trabalho teria afetado as mulheres trabalhadoras também. Dados o estado atual de nossos conhecimentos e as lacunas em nossas informações, porém, estas hipóteses terão de continuar na esfera das conjecturas, e não das conclusões.

TABELA 5
Indicadores demográficos da população de Minas Gerais

	Brancos	Livres de cor	Total de livres	Total de escravos
Relação crianças/mulheres				
Crianças 0-4 anos	15.361	18.768	35.300	17.845
Mulheres 15-44 anos	24.029	38.949	64.375	28.543
Relação Crianças 0-4/Mulheres 15/44	639	482	548	625
Crianças 0-9 anos	32.618	40.413	75.824	29.292
Mulheres 15-49 anos	25.592	41.801	68.854	29.612
Relação Crianças 0-9/Mulheres 15/49	1.275	967	1.101	989
Porcentagem de crianças	42,7	37,6	40,4	32,7
Porcentagem de casados e viúvos (14 anos ou mais)				
Homens	63,1%	56,1%	56,7	16,0
Mulheres	66,5%	53,7%	56,2	28,0
Total	64,8%	54,8%	56,4	20,4
Razão de Masculinidade				
0-9 anos	104,4	107,6	105,8	126,4
0-19 anos	101,1	102,8	102,0	135,0
mais de 19 anos	104,0	82,3	89,2	182,2
Total	102,5	91,3	95,3	159,0

Fontes: São Paulo: Censos manuscritos do Arquivo do Estado de São Paulo; Minas Gerais: Censos manuscritos do Arquivo Público Mineiro.

Depois de encontrar claras diferenças demográficas entre livres e escravos, que diferenças vamos identificar na comparação entre escravos e seus proprietários? Nesta análise temos a vantagem de contar com dados das duas províncias, pois nosso levantamento inclui as informações de todos os chefes de domicílio, com e sem escravos, de São Paulo e Minas Gerais. Constatamos, de imediato, as mesmas variações regionais verificadas para seus cativos. Nas duas províncias os homens predominaram como chefes de domicílio e em proporção ainda maior como proprietários de escravos, ainda que com variações regionais significativas. São Paulo apresenta uma grande participação dos homens, com valores similares para os chefes de domicílio e proprietários de escravos. Em Minas a proporção masculina mostra-se menor, com 2,6 homens para cada mulher (em vez de 4,2 homens para cada mulher encontrados em São Paulo) entre os chefes de domicílio e 3,5 homens para cada mulher entre os proprietários de escravos (ver Tabela 6). As mulheres tiveram

uma participação especialmente significativa na antiga zona mineira. O declínio da mineração gerou uma grande proporção de mulheres chefes de domicílio e até mesmo proprietárias de escravos¹⁷. A crise econômica acarretou a desintegração de muitos domicílios e exigiu das mulheres um papel mais ativo como chefes de domicílio. Isso, obviamente, ampliou as possibilidades de mobilidade socioeconômica, como indica o aumento da parcela de mulheres proprietárias¹⁸. O papel das mulheres foi menos destacado nas outras zonas de Minas e na Zona da Mata; os homens predominaram em um grau ainda maior que em São Paulo. A Fronteira Sul, neste aspecto como em tantos outros, apresentou índices semelhantes aos de São Paulo.

Minas Gerais foi especialmente incomum em comparação com São Paulo no aspecto da cor dos chefes de domicílio e dos proprietários de escravos. Em São Paulo os brancos formavam uma clara maioria, ocupando dois terços dos domicílios. Em Minas Gerais eles eram minoria,

¹⁷ Em trabalho elaborado por Iraci del Nero da Costa e Francisco Vidal Luna relativo ao período da decadência mineira evidencia-se o aumento da participação relativa de chefes de fogos e proprietários do sexo feminino. Ver Luna e Costa (1980).

¹⁸ Em Ouro Preto no ano de 1804 havia sinais evidentes de decadência, com mulheres predominando entre as pessoas livres e tendo grande participação em todas as ocupações e como solteiras chefes de domicílio. Ver Luna e Costa (1978).

compondo apenas 40% dos chefes de domicílio, enquanto os pardos constituíam o maior grupo, com uma participação de 47% no total de chefes de domicílio, e os pretos integravam 13% (ver Tabela 6).

Os brancos, sendo o grupo mais rico de todos em ambas as sociedades, controlavam maiores parcelas da escravaria que as pessoas livres de cor inclusive em Minas Gerais. Em São Paulo, compunham 95% dos proprietários de cativos e em Minas, 70%. Os proprietários pardos, embora constituíssem uma parcela muito pequena na região de São Paulo, compunham 27% dos senhores em Minas Gerais. O tráfico de escravos mais antigo e mais intenso para Minas Gerais, aliado a uma longa história de miscigenação que afetou todos os níveis dessa sociedade, aumentou a parcela de pardos nessa região e permitiu uma mobilidade socioeconômica mais intensa,

como se evidencia na participação dos pardos como proprietários de escravos. Por exemplo, na região dos antigos centros mineradores, 47% dos domicílios eram chefiados por pardos e 17% por pretos, e essas pessoas livres de cor representavam um terço dos proprietários de cativos. São Paulo, por seu desenvolvimento mais recente e crescimento mais lento, continha um segmento de pessoas livres de cor menos importante e menos rico que o de Minas Gerais. O ritmo diferente da ocupação e evolução econômica dessas duas províncias e seus diferentes padrões de migração influenciaram não só as características demográficas da população, mas também sua posição econômica.

Mas, apesar de pessoas livres de cor possuírem cativos, elas compunham a parcela mais pobre da classe dos proprietários de escravos até mesmo em Minas Gerais.

TABELA 6
Sexo e cor dos chefes de domicílio e proprietários de escravos

	Sexo do chefe do domicílio		Sexo dos proprietários	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Minas Gerais				
Centros Mineradores Tradicionais	24.408	11.433	9.111	3.157
Fronteira Sul	15.096	4.073	4.749	995
Zona da Mata	1.799	374	748	126
Norte/Nordeste	4.659	1.495	1.237	316
Total	45.962	17.375	15.845	4.594
São Paulo				
Região Exportadora (Oeste Paulista e Vale Paraíba)	14.301	3.026	4.049	865
Capital, Litoral e Região Sul	13.542	3.543	3.763	969
Região do Paraná	4.867	1.377	914	274
Total	32.710	7.946	8.726	2.108

(continua)

(continuação)

	Cor dos chefes de domicílio			Cor dos proprietários		
	Branco	Pretos	Pardos	Branco	Pretos	Pardos
Minas Gerais						
Centros Mineradores Tradicionais	12.755	6.120	16.811	8.228	407	3.569
Fronteira Sul	9.654	1.492	7.988	4.526	64	1.147
Zona da Mata	944	136	1.091	628	6	239
Norte/Nordeste	1.967	581	3.566	984	26	535
Total	25.320	8.329	29.456	14.366	503	5.490
São Paulo						
Região Exportadora (Oeste Paulista e Vale Paraíba)	13.755	238	3.289	4.610	22	243
Capital, Litoral e Região Sul	11.826	445	4.713	4.389	13	313
Região do Paraná	4.421	111	1.702	1.139	3	39
Total	30.002	794	9.704	10.138	38	595

Fontes: São Paulo: Censos manuscritos do Arquivo do Estado de São Paulo; Minas Gerais: Censos manuscritos do Arquivo Público Mineiro.

Em São Paulo, possuíam menos de 3% da escravaria e em Minas Gerais, apenas 16%, muito embora compusessem quase um terço dos proprietários. Obviamente os proprietários livres de cor possuíam um número médio de cativos menor que os brancos – aproximadamente três por proprietário, em contraste com oito para os brancos, sendo este último valor semelhante ao obtido entre os proprietários brancos em São Paulo (ver Tabela 7). Embora, para os brancos, as variações regionais nos tamanhos de plantel fossem muito pronunciadas conforme as atividades econômicas locais, para as pessoas livres de cor a variação em geral era pequena. Em todas as partes possuíam relativamente poucos cativos. Os livres de cor, por serem

os proprietários mais pobres, e como poucos eram produtores das culturas de exportação – café e açúcar –, possuíam geralmente um número reduzido de escravos, quer exercessem atividades rurais ou urbanas, quer fossem agricultores ou artesãos. Na agricultura, concentravam-se na produção de gêneros alimentícios e nos cultivos de subsistência; como artesãos, sua participação foi significativa, mas em nenhuma categoria acumularam muitos escravos.

Os censos de Minas Gerais também nos fornecem material para examinar o processo de alforria no Brasil no início do século XIX¹⁹. Outros estudos sobre Minas Gerais já indicaram a importância dos escravos alforriados nessa sociedade,

TABELA 7
Cor dos proprietários e escravos possuídos

	Número de escravos possuídos por proprietários		
	Branco	Pretos	Pardos
Minas Gerais			
Centros Mineradores Tradicionais	67.811	1.007	13.129
Fronteira Sul	31.393	181	3.788
Zona da Mata	5.754	16	817
Norte/Nordeste	6.028	59	1.560
Total	110.986	1.263	19.294
São Paulo			
Região Exportadora (Oeste Paulista e Vale Paraíba)	39.451	74	769
Capital, Litoral e Região Sul	24.934	52	1.014
Região do Paraná	5.769	4	77
Total	70.154	130	1.860

(continua)

(continuação)

	Média de escravos possuídos por proprietários		
	Branco	Pretos	Pardos
Minas Gerais			
Centros Mineradores Tradicionais	8	2	4
Fronteira Sul	7	3	3
Zona da Mata	9	3	3
Norte/Nordeste	6	2	3
Total	8	3	4
São Paulo			
Região Exportadora (Oeste Paulista e Vale Paraíba)	9	3	3
Capital, Litoral e Região Sul	6	4	3
Região do Paraná	5	1	2
Total	7	3	3

Fontes: São Paulo: Censos manuscritos do Arquivo do Estado de São Paulo; Minas Gerais: Censos manuscritos do Arquivo Público Mineiro.

¹⁹ Os censos de São Paulo não contêm dados relativos aos forros.

mostrando até mesmo que alguns foram, eles próprios, proprietários de escravos²⁰. Encontramos o numeroso contingente de 14.483 pessoas alforriadas entre as pessoas livres de cor. E esses forros compunham 5% do total das pessoas livres de qualquer cor. Distribuíam-se por todas as regiões, mas sua participação era mais significativa nos Centros Mineradores Tradicionais, onde constituíam 7% de todas as pessoas livres – sendo esta também a zona com o maior número de pessoas livres de cor de todas as regiões. Esses forros correspondiam a 11% da força escrava total então residente em Minas, o que nos dá uma idéia da importância das alforrias na província. Como seria de esperar com base em todos os estudos anteriores, os forros eram em sua maioria mulheres, havendo uma razão de masculinidade de 94 homens para cada 100 mulheres nesse grupo. Nas alforrias voluntárias as mulheres claramente predominavam, embora em um grau não tão extraordinário como já se supôs. Os forros eram relativamente mais velhos do que as pessoas livres de cor em geral e chefiavam uma parcela maior de domicílios do que sua porcentagem na população livre levaria a crer (7% neste caso). Como se esperaria, os homens predominavam como chefes de domicílio (1,8 homem para cada mulher chefiando domicílio). Cerca de 16% desses forros chefes de domicílio eram africanos e 30% eram pretos nascidos no Brasil. Os pardos compunham 60% dos forros e chefiavam metade dos domicílios nessa classe especial – um resultado um tanto surpreendente, pois significa que a porcentagem de pardos chefes de domicílio entre os forros era menor do que entre as pessoas livres de cor que já nasceram livres. Essa porcentagem de pardos entre os forros chefes de domicílio provavelmente é um

reflexo da proporção de pardos na população cativa, ao passo que na população livre de cor havia uma mistura muito maior de grupos, o que produzia uma porcentagem de pardos em geral muito maior. Agricultura, comércio, mineração e artesanato – nesta ordem – eram as principais ocupações desses forros chefes de domicílio. Embora a mineração ocupasse apenas um quinto desses forros chefes de domicílio, eles compunham a extraordinária parcela de 33% nos domicílios dedicados à mineração. Provavelmente os escravos na mineração tiveram maior acesso à alforria do que qualquer outro grupo ocupacional na sociedade de Minas Gerais. Cerca de 17% dos domicílios de forros possuíam escravos – e esses forros compunham 4% do total de proprietários de cativos e possuíam 2% da escravaria então encontrada em Minas Gerais. Em média, esses proprietários forros possuíam um número pequeno de cativos – pouco menos da metade do que a maioria dos proprietários possuía, embora, extraordinariamente, tenha havido um forro que possuía 24 escravos²¹. Os que possuíam escravos foram encontrados por toda parte, a maioria ocupada na agricultura e no comércio, mas com uma representação muito significativa na mineração (ver Tabela 8).

Analisando as ocupações da classe dos proprietários de escravos como um todo, evidencia-se que a agricultura era sua atividade predominante mesmo em Minas Gerais, com sua lide extrativa e sua população mais urbana²². A agricultura ocupava aproximadamente metade dos domicílios e metade dos proprietários de cativos nas duas províncias combinadas, embora, como seria de esperar, as porcentagens fossem um pouco maiores em São Paulo (respectivamente, 59% e 47% dos domicílios e 66%

²⁰ Já no século XVIII encontramos em Minas Gerais uma proporção elevada de forros, incluindo alguns que já eram proprietários de escravos. As mulheres compunham a maioria desses cativos recém-alforriados que se tornaram senhores. Ver Luna e Costa (1980). Há vasta literatura a respeito da situação dos forros e do processo de alforria. Entre outros, ver Higgins (1997), Nishida (1993), Carvalho (1998), Mattoso (1972 e 1976), Schwartz (1974), Eisenberg (1987), Kiernan (1976), Karasch (1987) e Libby e Paiva (2000).

²¹ Era pardo, liberto, casado, 40 anos, identificado como comerciante.

²² Há problemas na identificação das ocupações em Minas Gerais, pela existência de múltiplas atividades, impossibilitando determinar – especialmente no caso do café – qual a ocupação principal. Não houve dificuldades para identificar os produtores de açúcar.

TABELA 8
Características dos forros em Minas Gerais

Total de forros	
Número	14.483
% entre livres	5%
Razão de masculinidade	94
Estrutura etária	
crianças	4.072
adultos	8.452
velhos	1.797
Cor	
pretos	5.926
pardos	8.250
Chefes de domicílios	
Número de domicílios	4.431
% forros entre os chefes de domicílios	7%
Razão de masculinidade	182
Cor	
Pretos	2.030
Pardos	2.348
Ocupações	
agricultura	1.118
mineração	631
artesanato	1.053
comércio	191
Proprietários de escravos	
Número	732
% forros entre proprietários de escravos	4%
Razão de masculinidade	153
Cor	
pretos	240
pardos	468
% de chefes de fogos forros com escravos	17%
Moda na posse de escravos	2
Maior número de escravos possuídos	24
Média de escravos possuídos	3,4
Número de escravos possuídos	2.491
Proporção dos escravos possuídos pelos forros	2%
Tamanho do plantel	
Número de escravos	
1 escravo	186
1 a 5 escravos	615
6 a 10 escravos	91
11 a 20 escravos	22
20 a 40 escravos	4
Número de escravos possuídos	
1 escravo	186
1 a 5 escravos	1.431
6 a 10 escravos	665
11 a 20 escravos	306
20 a 40 escravos	89
Ocupações	
Número de proprietários	
agricultura	165
mineração	158
artesanato	103
comércio	64

(continua)

(continuação)

Proprietários de escravos	
Número de escravos	
agricultura	557
mineração	551
artesanato	259
comércio	278
Proporção de domicílios com escravos	
agricultura	15%
mineração	25%
artesanato	10%
comércio	34%

Fontes: São Paulo: Censos manuscritos do Arquivo do Estado de São Paulo; Minas Gerais: Censos manuscritos do Arquivo Público Mineiro.

TABELA 9
Ocupações dos chefes de domicílio e dos proprietários de escravos

	Número de chefes de domicílio	Número de proprietários de escravos	Número de escravos	% de chefes de domicílios com escravos	Número médio de escravos
Minas Gerais					
Agricultura	26.674	10.417	73.584	39%	7
Mineração	1.857	636	6.376	34%	10
Pesca					
Artesanato	15.239	2.906	8.998	19%	3
Comércio	3.753	1.917	8.608	51%	4
Serviço Civil	785	514	3.647	65%	7
Transportes	943	410	2.144	43%	5
Serviço Doméstico	584	214	1.134	37%	5
Jornaleiros (trabalho diário)	3.662	206	588	6%	3
Outros	3.488	1.736	20.474	50%	12
Total	56.985	18.956	125.553	33%	7
São Paulo					
Agricultura	23.712	6.927	57.770	29%	8
Mineração	-	-	-		
Pesca	399	42	123	11%	3
Artesanato	3.871	794	2.016	21%	3
Comércio	2.310	1.322	6.568	57%	5
Serviço Civil	1.327	569	3.049	43%	5
Transportes	635	213	1.270	34%	6
Serviço Doméstico	41	3	4	7%	1
Jornaleiros (trabalho diário)	1.991	34	81	2%	2
Outros	5.748	613	2.493	11%	4
Total	40.034	10.517	73.374	26%	7

Fontes: São Paulo: Censos manuscritos do Arquivo do Estado de São Paulo; Minas Gerais: Censos manuscritos do Arquivo Público Mineiro.

e 55% dos proprietários de escravos). Um terço dos domicílios de Minas possuía escravos, enquanto metade dos chefes de domicílio ocupados no comércio em ambas as províncias possuía cativos. Mas só uma pequena parcela dos domicílios de artesãos possuía escravos nas duas províncias, e poucos dos jornaleiros em quaisquer das regiões eram proprietários de cativos (ver Tabela 9).

Examinando esses domicílios com escravos por região, constatamos alguns

padrões interessantes. Os centros exportadores do Vale do Paraíba e Oeste Paulista possuíam um número médio de cativos muito elevado. Mas os maiores plantéis estavam nos engenhos de açúcar, presentes tanto em São Paulo como em Minas Gerais. Os engenhos paulistas possuíam, em média, 31 escravos – havia 585 engenhos, com um total de 18.224 cativos –, um quarto da força de trabalho escrava total da província. Em Minas Gerais, os 282 engenhos eram menores – possuindo apenas 20

cativos por unidade – e controlavam apenas 5% dos escravos da província²³. Em São Paulo, o café concentrava-se no Vale do Paraíba, que continha 1.725 fazendas de café, das quais menos da metade possuía escravos. Esses cafeicultores com escravos controlavam 9.966 cativos, com um plantel médio de quase dez cativos. Infelizmente, a organização das informações referentes a Minas Gerais não nos permite analisar as fazendas de café dessa província.

Embora a maioria dos escravos e os proprietários com os maiores plantéis se concentrassem nas grandes fazendas de cultivos de exportação, não havia atividade econômica onde o trabalho escravo não estivesse presente. Mesmo nas atividades econômicas mais pobres, como a agricultura de gêneros alimentícios e o artesanato, era comum a presença de escravos. A outra descoberta significativa é que as pessoas livres de cor eram encontradas em toda parte nas duas províncias e, como vimos nos dados para Minas Gerais, mesmo cativos recém-alforriados compunham uma parcela significativa da população e surgiam inclusive como proprietários de escravos. Esse uso generalizado de escravos na economia, por sua vez, garantia a predominância dos pequenos proprietários de cativos. Milhares de chefes de domicílio possuíam apenas um escravo ou no máximo dois, os quais provavelmente trabalhavam ao lado da família e dos empregados na mesma ocupação de seus proprietários. Poucos senhores possuíam cativos suficientes para viver apenas do trabalho escravo. Assim, pequenos agricultores, comerciantes mais pobres e artesãos usavam seus escravos para ajudar em seu próprio trabalho ou no de seus familiares. Cabe ressaltar, também, que em cada área e ocupação havia domicílios sem escravos – de fato, estes eram cerca de dois terços.

Apenas a produção de açúcar, devido a seu elevado investimento e à sua complexidade, era uma atividade que sempre contava com mão-de-obra cativa²⁴. No caso do café, os baixos custos de ingresso na atividade, a mistura de cultivos nas primeiras fazendas e seu importante papel na produção de alimentos fizeram com que os escravos não fossem a força de trabalho exclusiva como aparentemente eram na atividade açucareira. No Vale do Paraíba, por exemplo, 40% das unidades cafejeiras não possuíam escravos, e mesmo as que os possuíam inicialmente tinham plantéis muito pequenos, o que tornava necessário uma força de trabalho mista, com escravos e livres, para que a unidade fosse produtiva.

Portanto, o quadro que emerge desta análise estrutural da população do Centro-Sul do Brasil na década de 1830 é o de uma sociedade formada por uma maioria de proprietários com poucos cativos, na qual eram poucas as grandes fazendas, com centenas de escravos. Nos aspectos econômicos e sociais da posse de escravos, essa região apresentou muitas características semelhantes às da maioria das sociedades americanas da época, incluindo os Estados Unidos. A posse de escravos estava amplamente distribuída pela sociedade e a classe dos senhores incluía uma parcela importante de pessoas livres de cor, até mesmo algumas que haviam sido recentemente alforriadas. Neste exame estrutural dos dados censitários de 1830, como em todos os estudos recentes da escravidão no Brasil, evidencia-se que o modelo da grande lavoura escravista não se aplicou à maior parte do Brasil durante a maior parte de sua história. As fazendas de açúcar e café de fins do século XIX no Sudeste e as fazendas do Recôncavo no Nordeste durante a maior parte desse período realmente representaram o predomínio da grande lavoura em

²³ Com frequência encontramos nos censos o termo genérico “fazenda”, sem especificações quanto ao tipo de unidade agrícola ou de cultura produzida. Isso ocorreu em 405 casos, dos quais 284 possuíam escravos. Esses domicílios totalizavam 4.113 cativos; portanto, em média, havia 14 escravos por fazendeiro, com o maior proprietário possuindo 393 escravos. Aparentemente algumas dessas fazendas foram engenhos de açúcar, mas não podemos ser mais precisos devido às limitações dos documentos.

²⁴ Encontramos engenhos de açúcar sem escravos, provavelmente engenhocas produtoras de aguardente ou engenhos desativados.

áreas selecionadas ocupadas na agricultura de exportação. Mas, de modo geral, o Brasil assemelhou-se muito mais aos Estados Unidos do que às ilhas açucareiras das Índias Ocidentais. A única diferença significativa desse padrão continental generalizado está no fato de que no Centro-Sul do Brasil constatamos que os escravos estavam mais bem distribuídos por região e ocupação do que na maioria dos regimes escravistas americanos. Também a importância central das pessoas livres de cor,

mesmo na classe dos proprietários de cativos, é bastante incomum. Se a experiência de Minas Gerais tiver sido um modelo para a futura evolução das pessoas livres de cor em ambas as províncias – o que possivelmente ocorreu, dado que em 1872 essa categoria superava numericamente os brancos no Brasil e era quatro vezes mais numerosa do que os escravos –, então esse grupo de proprietários de escravos não poderia deixar de ter sua importância aumentada com o passar do tempo.

Referências bibliográficas

- ALGRANTI, L.M. **O feitor ausente**: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro – 1780-1822. Petrópolis: Vozes, 1988.
- BERGAD, L.W. **Slavery and the demographic and economic history of Minas Gerais, Brasil, 1720-1888**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- CARVALHO, M.J.M., **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo, Recife, 1822-1850. Recife: Ed. Universitária UFPE, 1998, cap. 10.
- COSTA, I.D.N. da. **Brasil**: história econômica e demográfica. São Paulo: IPE-USP, 1986, p. 157-172 (Série Relatórios de Pesquisa).
- _____. **Arraia-Miúda**: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil. São Paulo: MGSP Editores, 1992.
- EISENBERG, P.L. Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX. **Estudos Econômicos**, 17(2), 1987, p. 176-216.
- FRANCO, M.S.C. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Ática, 1969.
- GUTIÉRREZ, D.H. **Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830**. Dissertação de mestrado. São Paulo: FEA-USP, 1986.
- _____. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. **Estudos Econômicos**, São Paulo, 17(2), maio/ago. 1987, p. 297-314.
- _____. Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 8(16), mar./ago. 1988, p. 161-188.
- HIGGINS, K.J. Gender and the manumission of slaves in colonial Brazil: the prospects for freedom in Sabará, Minas Gerais, 1710-1809. **Slavery & Abolition**, v. 18, n. 2, 1997.
- KARASCH, M.C. **Slave life in Rio de Janeiro, 1808-1850**. Princeton: Princeton University Press, 1987, cap. 11.
- KIERNAN, J.P. **The manumission of slaves in colonial Brazil**: Paraty, 1789-1822. Tese de doutorado. Nova York: New York University, 1976.
- KLEIN, H.S. The colored freedmen in Brazilian slave society. **Journal of Social History**, 3(1), Fall, 1969, p. 30-53.
- KLEIN, H.S. e LUNA, F.V. Free colored in a slave society: São Paulo and Minas Gerais in the early nineteenth century. **Hispanic American Historical Review**, 80(4), nov. 2000, p. 913-941.
- KLEIN, H.S. e PAIVA, C.A. Slave and free in nineteenth century Minas Gerais: Campanha in 1831. **Journal of Social History**, 15(1), 1994, p. 1-21.
- _____. Free persons in a slave economy: Minas Gerais in 1831. **Journal of Social History**, 29(4), junho, 1996, p. 933-962.
- LIBBY, D.C. e GRIMALDI, M. Equilíbrio e estabilidade: economia e comportamento demográfico num regime escravista – Minas Gerais no século XIX. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6, Olinda, PE, 1988. **Anais... ABEP**, 1988, v. 3, p. 413-442.

- LIBBY, D.C. e PAIVA, C.A. Manumission practices in a late-eighteenth-century Brazilian slave parish: São José d'El Rey in 1795. **Slavery and Abolition**, 21(1), abr. 2000, p. 96-127.
- LUNA, F.V. **Minas Gerais: escravos e senhores**. São Paulo: IPE-USP, 1981.
- _____. Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais (1718). In: BARRETO, A.E.M., **História econômica: ensaios**. São Paulo: IPE-USP, 1983, p. 25-41.
- _____. Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais (1804). In: COSTA, I.D.N. da, **Brasil: história econômica e demográfica**. São Paulo: IPE-USP, 1986, p. 157-172.
- _____. São Paulo: população, atividades e posse de escravos em vinte e cinco localidades – 1777-1829. **Estudos Econômicos**, 28(1), 1998, p. 99-169.
- LUNA, F.V. e COSTA, I.D.N. da. Contribuição ao estudo de um núcleo urbano colonial (Vila Rica: 1804). **Estudos Econômicos**, 8(3), 1978, p. 1-68
- _____. A presença do elemento forro no conjunto de proprietários de escravos. **Ciência e Cultura**, São Paulo, 32(7), 1980, p. 836-841.
- _____. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. **Estudos Econômicos**, 13(13), jan./abr. 1983, p. 211-221.
- _____. Demografia histórica de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Assuntos Políticos**, Belo Horizonte, n. 58, 1984, p. 15-62.
- LUNA, F.V. e CANO, W. La reproducción natural de los esclavos en Minas Gerais: una hipótesis. **Revista Latinoamericana de Historia Económica y Social**, IV(2), 2º semestre, 1984, p. 129-135.
- LUNA, F.V. e KLEIN, H.S. Características da população em São Paulo no início do século XIX. **População e Família**, São Paulo, n. 3, 2000, p. 71-91.
- _____. **The slave economy and society of São Paulo, 1750-1850**. Stanford: Stanford University Press, 2003.
- MARTINS, R.B. **Growing in silence: the slave economy of nineteenth century Minas Gerais, Brazil**. Tese de doutorado. Vanderbilt University, 1980.
- MARTINS FILHO, A. e MARTINS, R.B. Slavery in a non-export economy: nineteenth-century Minas Gerais revisited. **Hispanic American Historical Review**, 63(3), ago. 1983, p. 537-568.
- MATTOS, H.M. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MATTOSO, K.M.Q. A propósito de cartas de alforria – Bahia, 1779-1850. **Anais de História**, Assis, SP, n. 4, 1972, p. 23-52.
- _____. A carta de alforria como fonte complementar para o estudo de rentabilidade de mão-de-obra escrava urbana, 1819-1888. In: PELAEZ, C.M. e BUESCU, M. (eds.), **A moderna história econômica**. Rio de Janeiro: APEC, 1976.
- MELLO E SOUZA, L. de. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. São Paulo: Graal, 1982.
- MOTTA, J.F. **Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal, 1801-1829**. São Paulo: Anablume, 1999.
- MÜLLER, D.P. **Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo**. 3ª reimpressão. São Paulo: Governo do Estado, 1978.
- NISHIDA, M. Manumission and ethnicity in urban slavery: Salvador, Brazil 1808-1888. **Hispanic American Historical Review**, n. 73, 1993.
- OLIVEIRA, M.I.C. **O liberto: o seu mundo e os outros**. Salvador, 1790-1890. Salvador: Corrupio, 1988.
- PAIVA, C.A. **A natalidade de Minas Gerais no século XIX: algumas hipóteses**. Trabalho apresentado à Conference on the Population History of Latin America, Ouro Preto, MG, 2-6 julho de 1989.

PAIVA, C.A. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. Tese de doutorado. São Paulo: Departamento de História da Universidade de São Paulo, 1996.

PAIVA, C.A. e LIBBY, D.C. **The middle path: alternative patterns of slave demographics in nineteenth century Minas Gerais**. Trabalho apresentado à World Demographic History Conference, Vera Cruz, México, 1992.

RANGEL, A.S. **Escravidão e riqueza**. Formação da economia cafeeira no Município de Taubaté. Tese de doutorado. São Paulo: Departamento de Economia da Universidade de São Paulo, 1990.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. **The black man in slavery and freedom in colonial Brazil**. Nova York: St. Martin's Press, 1983.

SCHWARTZ, S.B. The manumission of slaves in colonial Brazil: Bahia, 1684-1745. **Hispanic American Historical Review**, n. 54, 1974.

_____. Patterns of slaveholding in the Americas: new evidence from Brazil. **American Historical Review**, 87(1), Feb. 1982, p. 55-86.

_____. **Sugar plantations in the formation of Brazilian society: Bahia, 1550-1835**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

SOUZA E SILVA, J.N. de. **Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império**. 3ª. reimpressão. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.

Abstract

Economy and slave society: Minas Gerais and São Paulo in 1830

The economy and society of Minas Gerais and São Paulo in 1830 are analyzed in this article based on manuscript sources. The economy in that period consisted of a majority of slave owners with few slaves, where ownership of them was widely distributed and where there was even a large group of free blacks, including emancipated slaves. These characteristics were different from the model found in slave systems dominated by large plantations. In fact, slavery in Minas and São Paulo seems to have resembled the slave system in the United States more than that found on the sugar-producing islands in the West Indies. But in Brazil slaves were more uniformly distributed by region and occupation. The demographic structure of the slaves showed little potential for reproduction, with a high proportion of married slaves in São Paulo. Miscegenation was considerable, with a high proportion of mulattos and other persons of mixed race, some of them free, especially in Minas.

Key words: Slavery. São Paulo. Minas Gerais.

Recebido para publicação em 02/09/2004.

Aceito para publicação em 11/01/2005.